



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 4/2015

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Vice-Presidente, Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente justificou a ausência da Presidente da Câmara por se encontrar de férias. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- A ata nº3/2015, de 13 de fevereiro será presente à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quinhentos e vinte sete mil duzentos e vinte e sete euros e setenta e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e cinco mil quinhentos e noventa e nove euros e vinte e seis cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- INQUÉRITO ANMP – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DO ANO DE 2014 DAS INICIATIVAS LEVADAS A CABO PELO MUNICÍPIO EM APOIO ÀS PESSOAS E ÀS FAMÍLIAS. -----

----- QUESTÕES APRESENTADAS PELOS DEPUTADOS DO PS ELEITOS PELO CÍRCULO ELEITORAL DE SANTARÉM. -----

----- GRANDE PRÉMIO DE MARCHA – 18 DE ABRIL -----

----- **UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. JOÃO DA RIBEIRA E RIBEIRA DE S.JOÃO – COMUNICADO DAS ACES LEZÍRIA** -----

----- O Vice-Presidente apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu quantos aos resultados das iniciativas levadas a cabo pelo município em apoio às pessoas e famílias, que num ano particularmente difícil para os portugueses em geral, e para os riomaiorenses em particular, esperava uma maior expressão financeira que não se verificou nos apoios sociais, sendo escasso para aqueles que mais necessitam. Apesar de ser residual o apoio aos idosos e também o apoio a pessoas com necessidades económicas no que diz respeito a medicamentos, poder-se-ia ter ido mais longe em determinadas áreas.-----

----- Quanto às questões de saúde referiu que a solução encontrada foi a possível, dado os meios existentes serem escassos e embora não resolvendo o problema minimiza os impactos negativos do mesmo. Registou a iniciativa com agrado e gostaria que este modelo que foi possível dado a intervenção das Juntas de Freguesia, pudesse ser adotada por outras freguesias. Disse ainda que a Câmara deve continuar no caminho que foi traçado e lutar para que o Concelho de Rio Maior seja dotado das condições mínimas que sirvam o concelho.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o relatório enviado à ANMP opinou que estes apoios não respondem na plenitude às exigências colocadas pela crise, em Portugal e em particular às famílias riomaiorenses. Devia analisar-se em profundidade, por exemplo que melhorias se podem dar nas condições habitacionais pois é um dos problemas mais complexos que se colocam aos municípios e às famílias, assim como o apoio alimentar às crianças carenciadas apenas ao lanche. Referiu-se também às unidades móveis de saúde em que a Câmara gastou cerca de vinte e seis mil euros, encargos com motoristas, seguros, etc, e opinou que isto resultava do mau desta política, nomeadamente transferir para as Câmaras Municipais, mais uma responsabilidade do Estado Central, reduzindo a percentagem das verbas transferidas face ao que a lei impõe. -----

----- Manifestou ainda preocupação com a situação que se vive no Concelho relativamente à saúde e referiu que as pessoas devem ter a noção de que, Alcobertas e no conjunto de freguesias em redor de S. João da Ribeira se vive da boa vontade de

alguns Terminou esta matéria referindo que o executivo devia forçar uma reunião com o Secretário de Estado ou com o Ministro e recordou que setenta por cento dos utentes do Concelho de Rio Maior não tem médico de família. Acrescentou que o Executivo tem sido de uma tolerância e de uma substituição que apraz registar, tentando minimizar os impactos destas medidas na população.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Sobre o 24º Grande Prémio de Marcha que se realiza no dia 18 de abril informou que esta prova passara para a categoria C, voltando este ano à categoria B. Disse que só há seis provas deste tipo a nível mundial, sendo uma honra para a cidade de Rio Maior ser convidada para organizar uma prova destas, o que só foi possível porque a Federação Internacional de Atletismo participa nos custos da prova. Referiu que a pontuação que os atletas vão obter é equivalente a uma prova dos jogos olímpicos (tipo A).-----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sobre o inquérito da ANMP disse tratar-se de uma grelha tipo enviada a todos os municípios e não retrata todas as situações, pois este apoio é ao nível das refeições, medicamentos, roupas, etc. Deixou um agradecimento em nome do Executivo, a toda a comunidade, pela solidariedade demonstrada para com todos, lembrando as várias instituições, tais como a Conferência de S. Vicente de Paulo, a Loja Social, Ninho, Misericórdia, e outros, e também a muitos particulares que não aparecem ali mencionados. -----

----- Sobre os custos com as unidades móveis de saúde opinou que, não via inconveniente em aumentar os mesmos, caso isso diminuísse o impacto negativo da falta de médicos no Concelho e as condições de assistência no Centro de Saúde. Disse ainda ser-lhe indiferente se era uma competência do Poder Central, pois considera que o verdadeiramente importante, é que toda a população do Concelho de Rio Maior usufrua do melhor serviço possível.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre o congresso extraordinário da ANMP opinou que o Executivo devia levar uma posição conjunta dado que serão debatidos problemas muito prementes para o poder local democrático, nomeadamente a delegação de competências e os contratos nas áreas da saúde, ação social, cultura e educação. Opinou que muito do futuro coletivo em termos de poder local, vai depender deste congresso. Frisou ainda que o que mais o preocupava era o facto serem as Autarquias a pagar aquilo que já está

pago e que do ponto de vista constitucional, nas questões da saúde, o princípio é estar garantido, não sendo relevante quem faz.-----

----- Seguidamente referiu que a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo fizera a apresentação dos projetos ao Comité de Avaliação e perguntou quais são os pontos onde estão consagrados projetos para Rio Maior, nomeadamente no que respeita às questões da inclusão social. -----

----- Reportou-se seguidamente ao Carnaval e referiu que a estratégia para o Carnaval 2016 devia ser pensada numa perspetiva integrada de diversão, alegria e não de competitividade. Disse que a autarquia, enquanto líder deste tipo de eventos deve reunir todos os interessados no sentido de ser feito um roteiro carnavalesco, considerando que se poderá estar a destruir a “galinha dos ovos de ouro” e os vizinhos territoriais aproveitam-se desse empenho e criatividade. Lembrou a propósito, o carnaval noturno da Benedita que apresenta seis carros e os restantes trinta são de outras localidades.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu já ter sugerido em reuniões anteriores que o Executivo reunisse para avaliar todo o dossier relativo à empresa Águas do Oeste, no que concerne a águas e saneamento e afirmou continuarem disponíveis para estudar esse assunto, pois consideram da maior importância haver uma estratégia comum que defenda os interesses dos municípios, podendo também sensibilizar-se outras Câmaras Municipais que pertençam a esta Associação. -----

----- Sobre o congresso da ANMP também gostaria de saber como funcionam as organizações políticas desses congressos, opinando que, mais importante que as estratégias partidárias, é definir o que é importante para o Poder Local. Referiu também que, todos sabem as capacidades que o Poder Local tem para responder às populações e onde este pode ser mais eficaz do que a Administração Central e as áreas que esta deve assumir prioritariamente. Terminou a intervenção referindo concordar com a sugestão feita, de reunirem para abordar esta matéria, de forma a que os delegados apresentem uma posição conjunta.-----

----- Quando se falou que a Câmara tinha sido escassa nos apoios sociais, concordou com as palavras proferidas pelo Vice-Presidente de que, muita ação foi desenvolvida por associações, coletividades, IPSS, e disse que o Concelho de Rio Maior é solidário manifestando gratidão e reconhecimento para com essas entidades. Disse que todos sabem das dificuldades do movimento associativo, das dificuldades para as coletividades estarem presentes nas Tasquinhas, pelo que sugeria uma reflexão

conjunta sobre este assunto para bem das populações e dos interesses do Concelho de Rio Maior.-----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Disse concordar com a realização de uma reunião informal para abordar a problemática da empresa Águas do Oeste, o congresso da ANMP, as dificuldades do movimento associativo e o novo Quadro Comunitário de Apoio, sugestão que iria apresentar à Presidente da Câmara.-----

----- Quanto ao novo Quadro Comunitário de Apoio, referiu que o ano de dois mil e quinze vai ser um ano muito difícil para os municípios e considerou injustificável que em março ainda não estejam definidas as verbas correspondentes a cada município, o que se vai refletir nas transferências para o movimento associativo e Juntas de Freguesia e ainda nos Planos e Orçamentos das Câmaras Municipais.-----

----- Sobre as Tasquinhas opinou que muitas das dificuldades se devem também ao cansaço e desmotivação do movimento associativo, pois ao fim de vinte e mais anos, são sempre as mesmas pessoas e cada vez há maior dificuldade em cativar jovens, tendo em conta, também, a lei que tutela o associativismo.-----

----- Informou ainda que esteve presente numa reunião na ANMP, no dia doze de fevereiro, sobre a privatização ou não da empresa Águas de Portugal e onde nada ficou clarificado.-----

----- Sobre a Valorsul deu conhecimento de uma reunião conjunta de todos os municípios, fazendo parte ou não da AMO+, na Câmara Municipal da Amadora, para uma tomada de posição solidária relativamente à privatização da EGF.-----

----- Registou com agrado que a Câmara cumpriu a promessa, e com o empréstimo de curto prazo fez o pagamento as Juntas de Freguesia.-----

----- **ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **DESPACHO N.º 12/2015, DE 16 DE FEVEREIRO – VISITAS DE ESTUDO ANO LETIVO 2014/2015 – PROCESSO Nº 88/2014/CP**-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 12/2015, exarado pelo Vice-Presidente, no dia 16 de fevereiro do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a notificação ao adjudicatário para que se pronuncie, por escrito, relativamente ao facto que determina a caducidade da adjudicação – não apresentação dos documentos de habilitação no prazo que lhe foi fixado – em cumprimento do disposto no nº 2 do artº

86º do CCP, fixando-lhe, para o efeito, um prazo de dois dias úteis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Questionou se, posteriormente, seria aberto novo concurso. -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Opinou que devia ser aberto novo concurso.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO II – AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO – ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência no valor de 76,02 €, para o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, referente a auxílios económicos ao 1º ciclo do ano letivo 2014/2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO III – CONTRATO DE EXECUÇÃO – SITUAÇÕES ESPECIAIS** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é dar continuidade ao Contrato de Execução celebrado com os Agrupamentos de Escolas Marinhas do Sal e Fernando Casimiro Pereira da Silva, bem como à respetiva transferência financeira nos termos do disposto nas alíneas b) e c) da cláusula 2ª do citado Contrato.-----

No que respeita ao agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva, a transferência mensal fica suspensa até ao início do próximo trimestre.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a escola respondeu a algumas situações de emergência com o saldo existente e questionou se esta penalização não punha em causa a continuidade da prestação de serviços aos jovens e às crianças. -----

----- **ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que a direção do agrupamento foi oficiada várias vezes para regularizar a situação, como consta da informação dos serviços. Informou também que ainda existe verba nesta rubrica para fazer face ao 1º trimestre, pelo que após a apresentação dos comprovativos de que a verba foi gasta, será transferido o valor contratualizado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO IV – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DO PRÉDIO SITO EM ARROTEIAS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZAMBUJEIRA E MALAQUEIJO -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Arroteias, na União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, inscrito na matriz sob o artigo 41 da Secção Q, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o actual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO V - CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES DO PRÉDIO SITO EM VALE DAS LEBRES, FREGUESIA DE RIO MAIOR -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente à constituição de compropriedade ou ao aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Vale das Lebres , Casais das Abuxanas, na Freguesia de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 2 da Secção CG – CG1, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o actual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse que na minuta aparecia Rio Maior em vez de Asseiceira, pelo facto de Asseiceira ser freguesia administrativa e por não estar ainda completo o levantamento e o registo de todos os artigos no plano fiscal. Neste caso trata-se da freguesia administrativa de Asseiceira e fiscal de Rio Maior.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- VICE-PRESIDENTE -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **SENHOR NUNO LUCAS – PROCESSO Nº 8/2010**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que iria continuar a afirmar que este processo existe e que devia estar materializado numa obra. Referiu não ver da parte dos Vereadores uma opinião ou uma exigência para que esta obra apareça no domínio público, pois fazia parte de um compromisso aceite entre as partes. -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Informou que o assunto não estava esquecido e no mês de dezembro foi entregue em mão um pedido de parecer à CCDRLVT que ainda não obteve resposta, e, enquanto isso não se verificar, a Câmara não vai tomar nenhuma decisão. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dez horas e cinquenta minutos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.

O VICE-PRESIDENTE: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____